



ACÓRDÃO Nº531/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11647/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Claudio Guenka (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1796/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas anual do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB, exercício 2018, sob responsabilidade do Sr. Claudio Guenka, Diretor-Presidente do Órgão, nos termos inciso II do §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal;

10.2. Determinar ao IMPLURB:

10.2.1. que não sejam contratadas obrigações de despesas que não possam ser cumpridas integralmente com os recursos financeiros disponíveis;

10.2.2. evidenciar em notas explicativas, como forma de complemento às demonstrações contábeis, o motivo da variação relevante em cada conta constante no Balanço Patrimonial

10.2.3. Proceder à conciliação do inventário físico dos bens em conformidade com os registros contábeis, em homenagem ao princípio contábil da oportunidade e as devidas conciliações das depreciações acumuladas (Restrição 02);



ACÓRDÃO Nº531/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.4. Observar o prazo de recolhimento das consignações de impostos.

10.2.5. Alertar a origem que eventual descumprimento das determinações/recomendações aqui lançadas, caso adotadas pelo Plenário desta Casa, ensejará a irregularidade de prestações de contas futuras, nos termos do art. 22, parágrafo 1º, da Lei nº 2.423/96;

10.3. Determinar ao Sr. Claudio Guenka, Diretor-Presidente do Órgão, que observe as determinações estabelecidas por este Tribunal de Contas, sob pena de aplicação das sanções legais por reincidência.

10.4. Determinar às próximas comissões de inspeção que verifique a efetiva regularização das determinações impostas pelo Tribunal Pleno.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Maio de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral